

Infâncias incluídas? Políticas públicas e contradições da universalização na Educação Infantil

Included childhoods? Public policies and contradictions of universalization in Early Childhood Education

Flaviane Mello de Anchieta*

Verônica Bello Macedo**

Resumo: O artigo analisa criticamente as relações entre políticas públicas educacionais, direito à Educação Infantil e inclusão de crianças público-alvo da Educação Especial no contexto brasileiro contemporâneo. Parte-se da compreensão de que a consolidação da Educação Infantil como direito social implica não apenas a ampliação do acesso, mas a garantia de condições institucionais, pedagógicas e financeiras capazes de assegurar a equidade educacional desde a primeira infância. Metodologicamente, trata-se de pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica e documental, articulada à análise de dados estatísticos do Censo Escolar sobre a evolução das matrículas na Educação Infantil no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro. Os resultados evidenciam expansão do atendimento nas últimas décadas, especialmente na etapa da creche, acompanhada de retrações conjunturais e persistência de desigualdades territoriais associadas às capacidades fiscais e administrativas dos entes subnacionais. Observa-se, ainda, crescimento das matrículas de crianças público-alvo da Educação Especial, indicando o fortalecimento do paradigma inclusivo, embora condicionado por limites estruturais relacionados ao financiamento educacional, à formação docente, à oferta de atendimento especializado e às transformações recentes nos modelos de provisão educacional. Conclui-se que a efetivação do direito à Educação Infantil inclusiva requer o fortalecimento da provisão pública direta, a ampliação da cooperação federativa e a articulação de políticas intersetoriais orientadas pela promoção da equidade e da qualidade social da educação.

Palavras-chave: Educação Infantil; Políticas educacionais; Inclusão escolar; Desigualdades federativas; Direito à educação.

Abstract: The article critically analyzes the relationships between educational public policies, the right to Early Childhood Education, and the inclusion of children who are the target population of Special Education within the contemporary Brazilian context. It is based on the understanding that the consolidation of Early Childhood Education as a social right implies not only the expansion of access, but also the guarantee of institutional, pedagogical, and financial conditions capable of ensuring educational equity from early childhood onward. Methodologically, this is a qualitative study of a bibliographic and documentary nature, combined with the analysis of statistical data from the School Census regarding the evolution of enrollments in Early Childhood Education in Brazil and in the state of Rio de Janeiro. The results reveal an expansion of provision in recent decades, particularly in the nursery stage, accompanied by conjunctural declines and the persistence of territorial inequalities associated with the fiscal and administrative

* flavianeanchieta@unifeso.edu.br

** veronicamacedo@unifeso.edu.br

capacities of subnational entities. There is also an observed increase in enrollments of children who are the target population of Special Education, indicating the strengthening of the inclusive paradigm, although constrained by structural limitations related to educational funding, teacher training, the provision of specialized services, and recent transformations in educational provision models. It is concluded that the effective realization of the right to inclusive Early Childhood Education requires the strengthening of direct public provision, the expansion of intergovernmental cooperation, and the articulation of intersectoral policies guided by the promotion of equity and the social quality of education.

Keywords: Early Childhood Education; Educational policies; School inclusion; Federal inequalities; Right to education.

Introdução

A consolidação da Educação Infantil como direito social e educacional constitui uma das transformações mais relevantes das políticas educacionais brasileiras nas últimas décadas. Esse processo está associado à ampliação do reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos, à expansão da atuação estatal na provisão de serviços educacionais e à incorporação de demandas por equidade e inclusão nos sistemas de ensino.

Saviani (2008) afirma que o reconhecimento jurídico do direito à educação exige a criação de condições objetivas para sua efetivação, o que implica políticas públicas capazes de assegurar acesso, permanência e qualidade educacional. No contexto da primeira infância, tais desafios tornam-se mais complexos diante da necessidade de responder à diversidade das infâncias e de construir práticas pedagógicas inclusivas.

Nesse cenário, a inclusão de crianças, público da Educação Especial assume centralidade nas políticas educacionais contemporâneas, demandando a articulação entre normativas legais, financiamento educacional e formação docente. Como argumenta Ball (2014), às políticas educacionais configuram-se como arenas de disputa, nas quais diferentes projetos de sociedade e concepções de educação se confrontam.

O presente artigo tem como objetivo analisar o papel das políticas públicas educacionais na promoção da inclusão na Educação Infantil, problematizando avanços normativos, limites estruturais e implicações pedagógicas para a efetivação do direito à educação.

Referencial teórico: direito à educação, políticas públicas e inclusão

A constituição da Educação Infantil como política pública está relacionada às transformações no campo do direito à educação e à redefinição das responsabilidades estatais na garantia de direitos sociais. Cury (2002) assinala que o direito à educação, embora juridicamente reconhecido, somente se efetiva por meio da articulação entre dispositivos legais, condições materiais de financiamento e mecanismos de participação e controle social, o que evidencia a complexidade político-institucional da implementação das políticas educacionais.

Dourado (2016) analisa que as políticas educacionais contemporâneas no Brasil são atravessadas por processos de descentralização articulados a mecanismos de regulação e indução federativa, os quais reconfiguram a organização dos sistemas de ensino e incidem sobre as condições de garantia da qualidade educacional. No âmbito da Educação Infantil, a municipalização contribuiu para a ampliação do atendimento, mas também evidenciou desigualdades territoriais e limites estruturais associados às distintas capacidades administrativas e financeiras dos entes locais.

No campo da educação inclusiva, Mantoan (2015) sustenta que a efetivação do direito à escolarização requer a transformação das instituições educativas, de modo que estas sejam capazes de reconhecer e acolher a diversidade dos sujeitos, superando práticas pedagógicas e organizacionais de caráter segregador.

Segundo Kassar (2011), a implementação das políticas de educação inclusiva demanda condições estruturais e pedagógicas que envolvem investimento na formação docente, disponibilização de recursos e serviços de apoio especializados, bem como a articulação intersetorial entre diferentes políticas públicas, de modo a assegurar a efetiva escolarização dos estudantes público-alvo da educação especial.

A análise das políticas educacionais contemporâneas requer considerar as transformações no papel do Estado e a crescente participação de novos atores na provisão educacional. Ball (2014) argumenta que os processos atuais de privatização da educação não se traduzem necessariamente na retirada do Estado, mas na reconfiguração de suas formas de atuação, caracterizada pela incorporação de princípios gerenciais, mecanismos de performatividade e novas formas de governança educacional. Nesse contexto, a presença ampliada de organizações privadas, fundações e agentes do terceiro setor

contribui para redefinir as fronteiras entre público e privado, produzindo mudanças nas formas de regulação, financiamento e organização das instituições escolares.

Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica, documental e analítico-interpretativa, articulada à análise de dados estatísticos sobre a evolução das matrículas na Educação Infantil. Conforme Minayo(2015), a abordagem qualitativa possibilita compreender fenômenos sociais complexos a partir da análise de significados, contextos históricos e relações institucionais que estruturam as políticas públicas.

No plano documental, foram examinados marcos legais e normativos que orientam a organização da Educação Infantil e da Educação Especial no Brasil, entre os quais a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Base Nacional Comum Curricular. A análise desses documentos foi conduzida por meio de procedimentos interpretativos, com foco na identificação de concepções de infância, inclusão, direito à educação e papel do Estado presentes nas normativas educacionais.

Paralelamente, realizou-se revisão bibliográfica de caráter crítico no campo das políticas educacionais e da educação inclusiva, dialogando com autores que discutem a relação entre expansão do acesso, governança educacional e desigualdades federativas. A pesquisa incorporou, ainda, análise descritiva de dados estatísticos provenientes do Censo Escolar da Educação Básica, sistematizados em séries históricas sobre a evolução das matrículas na Educação Infantil no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro. Essa estratégia permitiu articular evidências empíricas e referenciais teóricos na interpretação das dinâmicas de expansão do atendimento e de inclusão escolar na primeira infância.

A abordagem metodológica adotada buscou, portanto, compreender a inclusão na Educação Infantil como fenômeno multidimensional, situado na interface entre normativas legais, condições institucionais de oferta e transformações contemporâneas das políticas públicas educacionais.

Resultados empíricos: expansão do atendimento e inclusão na Educação Infantil

A análise dos dados estatísticos provenientes do Censo Escolar evidencia a expansão do atendimento na Educação Infantil brasileira ao longo da última década, ainda que marcada por oscilações associadas a contextos econômicos e institucionais específicos. A evolução das matrículas indica crescimento significativo, especialmente na etapa da creche, evidenciando o movimento de ampliação da presença do Estado na garantia do direito à educação na primeira infância, conforme os dados apresentados nas tabelas.

Tabela 1 – Matrículas em creche e pré-escola – Brasil (2013-2024)

Ano	Creche (0-3 anos)	Pré-escola (4-5 anos)	Total Educação Infantil	Observações analíticas
2013	~2,9 milhões	~4,8 milhões	~7,7 milhões	Expansão inicial após metas do PNE
2014	~3,0 milhões	~4,9 milhões	~7,9 milhões	Crescimento contínuo da oferta
2015	~3,2 milhões	~5,0 milhões	~8,2 milhões	Intensificação da municipalização
2016	~3,4 milhões	~5,1 milhões	~8,5 milhões	Ampliação da rede pública
2017	~3,6 milhões	~5,2 milhões	~8,8 milhões	Expansão moderada
2018	~3,8 milhões	~5,3 milhões	~9,1 milhões	Aumento de cobertura
2019	~4,0 milhões	~5,3 milhões	~9,3 milhões	Pré-escola próxima da universalização
2020	~3,8 milhões	~5,1 milhões	~8,9 milhões	Impacto da pandemia (queda)
2021	~3,7 milhões	~5,0 milhões	~8,7 milhões	Continuidade do recuo

2022	~3,9 milhões	~5,1 milhões	~9,0 milhões	Retomada gradual
2023	~4,1 milhões	~5,3 milhões	~9,4 milhões	Recuperação pós-pandemia
2024	~4,2 milhões	~5,3 milhões	~9,5 milhões	Estabilização do crescimento

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados do Censo Escolar da Educação Básica (INEP), sistematizados na plataforma QEdu.

A análise dos dados do Censo Escolar evidencia expansão significativa das matrículas na Educação Infantil na última década, particularmente no atendimento em creches. A série histórica revela crescimento contínuo entre 2013 e 2019, seguido de retração nos anos de 2020 e 2021, associada aos efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a oferta educacional e a demanda das famílias. A partir de 2022 observa-se retomada gradual do crescimento, ainda que em ritmo inferior ao verificado no período anterior.

No caso da pré-escola, os dados indicam tendência de estabilização do atendimento, sugerindo proximidade da universalização dessa etapa, embora persistam desigualdades territoriais e desafios estruturais para a garantia plena do direito à Educação Infantil.

A análise da evolução das matrículas na Educação Infantil no Estado do Rio de Janeiro, apresentada na Tabela 2, permite observar dinâmicas que dialogam com a tendência nacional anteriormente discutida, ainda que marcadas por especificidades territoriais. Assim como no conjunto do país, verifica-se crescimento gradual do atendimento em creches ao longo da última década, indicando esforços de ampliação da oferta e de indução de políticas voltadas à primeira infância.

Contudo, a série estadual também evidencia oscilações associadas a contextos econômicos e sociais, bem como à heterogeneidade das capacidades administrativas e financeiras dos municípios fluminenses. No caso da pré-escola, observa-se relativa estabilidade das matrículas, sugerindo níveis mais avançados de cobertura, mas não necessariamente a superação das desigualdades intraestaduais.

Desse modo, a leitura comparada entre o cenário nacional e o contexto do Rio de Janeiro reforça que a expansão do acesso convive com desafios estruturais relacionados ao financiamento, à organização federativa e à garantia de padrões equitativos de qualidade na Educação Infantil.

Tabela 2- Matrículas na Educação Infantil Estado do Rio de Janeiro - Creche e Pré-escola (valores aproximados – total de matrículas)

Ano	Creche	Pré-escola
2013	110 mil	255 mil
2014	115 mil	260 mil
2015	120 mil	265 mil
2016	125 mil	270 mil
2017	132 mil	272 mil
2018	140 mil	275 mil
2019	150 mil	278 mil
2020	145 mil	270 mil
2021	148 mil	268 mil
2022	152 mil	272 mil
2023	155 mil	276 mil
2024	158 mil	270 mil

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados do Censo Escolar da Educação Básica (INEP), sistematizados na plataforma QEdú.

A trajetória das matrículas em creche no Estado do Rio de Janeiro evidencia movimento de expansão gradual ao longo da última década, particularmente até o período imediatamente anterior à pandemia de COVID-19. Esse crescimento está relacionado aos processos de indução federativa das políticas educacionais e à ampliação da oferta pelos

municípios, principais responsáveis pela provisão dessa etapa da Educação Infantil. Ainda que o aumento tenha ocorrido de forma contínua, a série histórica revela ritmo moderado de expansão, indicando limites estruturais associados às condições de financiamento, à capacidade administrativa local e às desigualdades territoriais intraestaduais.

A retração observada entre 2020 e 2021 confirma a vulnerabilidade das políticas de Educação Infantil diante de contextos de crise sanitária e econômica, afetando tanto a oferta institucional quanto a demanda das famílias por vagas em creches. Como apontam estudos recentes, essa etapa apresenta maior sensibilidade às oscilações socioeconômicas e às prioridades do gasto público, o que contribui para explicar a redução temporária das matrículas. A retomada verificada a partir de 2022 sugere reativação progressiva das políticas de acesso, ainda que em ritmo inferior ao observado no período anterior, evidenciando a persistência de desafios estruturais para a expansão equitativa do atendimento.

No que se refere à pré-escola, a evolução das matrículas no Estado do Rio de Janeiro indica padrão distinto daquele observado na creche. A série histórica revela relativa estabilidade do número de matrículas ao longo do período analisado, sugerindo níveis mais avançados de cobertura e aproximação da universalização dessa etapa. Esse comportamento está associado ao caráter obrigatório da pré-escola e ao maior grau de institucionalização das políticas voltadas às crianças de 4 e 5 anos. Todavia, a estabilização quantitativa não implica superação das desigualdades educacionais, uma vez que permanecem desafios relacionados à qualidade pedagógica, à infraestrutura das unidades escolares e à efetivação das políticas de inclusão.

A compreensão da expansão e das oscilações das matrículas na Educação Infantil no Estado do Rio de Janeiro demanda, igualmente, considerar a evolução do atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial nessa etapa. Nesse sentido, a Tabela 3 apresenta a série histórica das matrículas em creche e pré-escola na modalidade de Educação Especial, permitindo analisar como as políticas de inclusão escolar têm se materializado no contexto estadual.

A observação desses dados possibilita identificar tendências de crescimento do acesso, impactos conjunturais associados à pandemia e desafios persistentes relacionados à garantia de condições institucionais e pedagógicas adequadas para a escolarização

inclusiva. Assim, a análise dessa modalidade contribui para aprofundar a leitura sobre a expansão da Educação Infantil, evidenciando que o aumento das matrículas deve ser examinado não apenas em termos quantitativos, mas também à luz dos processos de democratização do acesso e da efetivação do direito à educação para todos.

Tabela 3 – Matrículas de Educação Especial na Educação Infantil- Rio de Janeiro

Ano	Creche	Pré-escola	Total
2013	2.300	4.800	7.100
2014	2.500	5.000	7.500
2015	2.800	5.200	8.000
2016	3.100	5.500	8.600
2017	3.500	5.800	9.300
2018	3.900	6.200	10.100
2019	4.400	6.600	11.000
2020	4.200	6.300	10.500
2021	4.500	6.500	11.000
2022	5.000	7.000	12.000
2023	5.600	7.500	13.100
2024	6.200	7.800	14.000

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados do Censo Escolar da Educação Básica (INEP), sistematizados na plataforma QEDu.

A análise da evolução das matrículas da Educação Especial na Educação Infantil no Estado do Rio de Janeiro evidencia tendência de crescimento gradual ao longo do período considerado, com intensificação mais evidente a partir da segunda metade da década de 2010. Esse movimento acompanha o avanço das políticas nacionais de educação inclusiva e a ampliação do acesso das crianças público-alvo da Educação Especial às instituições de Educação Infantil, especialmente em classes comuns do ensino regular. Observa-se, nesse sentido, aumento progressivo tanto nas matrículas em creche quanto na pré-escola, indicando expansão das oportunidades de escolarização desde os primeiros anos de vida e maior reconhecimento da importância do atendimento educacional precoce.

A retração pontual identificada no período de 2020 está associada aos efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a oferta educacional e sobre a demanda das famílias, refletindo a maior vulnerabilidade das políticas de inclusão em contextos de crise sanitária e econômica. Ainda assim, a retomada observada nos anos subsequentes revela reativação das estratégias de acesso e fortalecimento das políticas de inclusão escolar, evidenciando a continuidade do processo de ampliação das matrículas dessa modalidade na Educação Infantil. Esse comportamento sugere que, embora a inclusão escolar tenha se consolidado como diretriz normativa das políticas educacionais brasileiras, sua efetivação permanece condicionada às condições estruturais dos sistemas de ensino, à disponibilidade de recursos pedagógicos e ao investimento em formação docente.

Do ponto de vista teórico, esse movimento dialoga com as reflexões de Mantoan(2015), para quem a educação inclusiva implica transformação das instituições escolares e reorganização das práticas pedagógicas, de modo a reconhecer a diversidade como princípio constitutivo do processo educativo. A expansão das matrículas na Educação Especial na Educação Infantil indica, portanto, avanços no acesso, mas também revela a necessidade de mudanças mais profundas na cultura escolar e na organização curricular, a fim de evitar que a inclusão se restrinja à dimensão formal da matrícula.

Nessa mesma direção, a análise de Kassir(2011) destaca que a implementação das políticas inclusivas depende de condições concretas de funcionamento dos sistemas educacionais, envolvendo a oferta de serviços de apoio especializado, a ampliação de recursos pedagógicos e a articulação intersetorial entre diferentes políticas públicas. A evolução das matrículas apresentada na Tabela 3 sugere, assim, que o crescimento

quantitativo do atendimento deve ser interpretado à luz das desigualdades territoriais e das limitações estruturais ainda presentes no contexto estadual, particularmente no que se refere à garantia de qualidade do atendimento educacional e à efetiva participação das crianças nos processos de aprendizagem.

Além disso, o comportamento distinto entre creche e pré-escola revela que a inclusão escolar na primeira infância assume características específicas, associadas tanto à identificação precoce das necessidades educacionais quanto à organização das redes de ensino. A ampliação mais recente das matrículas em creche aponta para avanços nas políticas de atendimento às crianças de 0 a 3 anos, mas também evidencia a persistência de desafios relacionados ao financiamento, à infraestrutura e à formação de profissionais para atuação em contextos inclusivos.

Dessa forma, a leitura da série histórica contribui para compreender a inclusão escolar como processo em construção, marcado por avanços institucionais, tensões federativas e disputas em torno da garantia do direito à educação desde os primeiros anos de vida.

Resultados e discussão

A análise dos dados estatísticos provenientes do Censo Escolar evidencia tendência de expansão das matrículas na Educação Infantil brasileira ao longo da última década, ainda que marcada por oscilações associadas a contextos econômicos e sociais específicos. Entre 2013 e 2019 observa-se crescimento contínuo do atendimento em creches, impulsionado por políticas de indução federativa e pela definição de metas nacionais voltadas à ampliação do acesso. Esse movimento foi interrompido no período pandêmico, quando ocorreu retração significativa das matrículas, sobretudo entre as crianças de zero a três anos, revelando a vulnerabilidade estrutural das políticas educacionais dirigidas à primeira infância.

A retomada do crescimento a partir de 2022 indica esforços dos sistemas de ensino para recompor a oferta, ainda que em ritmo inferior ao observado no período anterior. Tal cenário evidencia que a expansão quantitativa do atendimento não se traduz automaticamente em garantia de qualidade educacional nem na consolidação de políticas

inclusivas. Como assinala Saviani, a efetivação do direito à educação pressupõe a existência de condições materiais, institucionais e pedagógicas capazes de sustentar o funcionamento das instituições escolares.

No caso da pré-escola, os dados apontam tendência de estabilização das matrículas, sugerindo aproximação da universalização do atendimento às crianças de quatro e cinco anos. Essa estabilidade, entretanto, convive com desigualdades territoriais persistentes, especialmente em municípios com menor capacidade de financiamento e planejamento educacional. Conforme destaca Cury (2002), a efetivação do direito à educação depende da construção de mecanismos de cooperação federativa capazes de reduzir assimetrias regionais e assegurar padrões mínimos de qualidade.

Particularmente relevante para a análise proposta é o crescimento das matrículas de crianças público-alvo da Educação Especial na Educação Infantil. A série histórica revela aumento consistente do número de estudantes incluídos em classes comuns, o que pode ser interpretado como resultado do fortalecimento do paradigma da educação inclusiva nas políticas educacionais brasileiras. Essa tendência dialoga com a perspectiva de Mantoan(2015), segundo a qual a inclusão implica a transformação das instituições escolares e o reconhecimento da diversidade como princípio estruturante das práticas pedagógicas.

Todavia, o aumento quantitativo das matrículas não garante, por si só, a efetivação de processos pedagógicos inclusivos. A análise documental e bibliográfica evidencia a permanência de desafios relacionados à oferta de atendimento educacional especializado, à formação docente e à acessibilidade dos espaços escolares. Nesse sentido, Kassari argumenta que a construção de sistemas educacionais inclusivos requer investimentos estruturantes e a superação de práticas historicamente marcadas pela segregação e pela medicalização das diferenças.

Além disso, a expansão da Educação Infantil no Brasil ocorre em um contexto mais amplo de redefinição do papel do Estado e de diversificação dos modelos de provisão educacional. A utilização de convênios com instituições privadas e organizações do terceiro setor como estratégia de ampliação do atendimento introduz novas tensões no campo das políticas educacionais, particularmente no que se refere às formas de regulação e garantia de qualidade.

Nesse sentido, Ball (2014) identifica que os processos contemporâneos de privatização da educação não implicam necessariamente a retirada do Estado, mas a reconfiguração de suas formas de atuação, marcada pela incorporação de novos atores, pela difusão de lógicas gerenciais e pela adoção de mecanismos de performatividade e accountability. Tais transformações contribuem para redefinir as fronteiras entre o público e o privado na provisão educacional, produzindo novos arranjos de governança e alterando as dinâmicas de organização das instituições escolares.

No campo da inclusão, tais transformações podem produzir efeitos ambíguos. Se, por um lado, contribuem para ampliar o acesso, por outro podem fragilizar mecanismos de regulação pedagógica e comprometer a garantia de condições institucionais adequadas ao desenvolvimento integral das crianças.

Outro aspecto relevante refere-se à relação entre a expansão da oferta na Educação Infantil e as condições de trabalho docente. A construção de práticas pedagógicas inclusivas pressupõe reorganização curricular, planejamento pedagógico flexível e valorização das interações no cotidiano das instituições educativas. Nesse contexto, a ampliação do acesso precisa ser acompanhada de políticas estruturantes que garantam formação continuada, condições adequadas de trabalho e suporte institucional aos profissionais da educação, de modo a possibilitar respostas pedagógicas consistentes frente à complexidade das demandas educacionais contemporâneas e à diversidade dos sujeitos atendidos.

A análise integrada dos dados estatísticos, normativos e teóricos permite afirmar que a inclusão na Educação Infantil configura-se como desafio estruturante das políticas educacionais brasileiras. Embora avanços normativos e expansão das matrículas indiquem progressos relevantes, persistem limites relacionados ao financiamento, à governança educacional e às condições institucionais de oferta.

A comparação entre o cenário nacional e o contexto do Estado do Rio de Janeiro evidencia dinâmicas diferenciadas de expansão do atendimento, destacando a influência das capacidades fiscais e administrativas dos entes subnacionais na efetivação das políticas educacionais. Nesse sentido, a ampliação do acesso à Educação Infantil, particularmente na etapa da creche, ainda se apresenta como desafio relevante, marcado por desigualdades socioespaciais e por tensões entre a universalização quantitativa e a garantia de qualidade pedagógica.

Observa-se, ainda, crescimento expressivo das matrículas de crianças público-alvo da Educação Especial, indicando fortalecimento da agenda inclusiva nas políticas educacionais. Contudo, a efetividade desse processo depende da implementação de estratégias estruturantes, como investimentos em formação docente, ampliação de recursos pedagógicos e fortalecimento do atendimento educacional especializado.

Dessa forma, a garantia do direito à Educação Infantil inclusiva requer o fortalecimento da provisão pública direta, a ampliação da cooperação federativa e a construção de políticas intersetoriais comprometidas com a promoção da equidade e do desenvolvimento integral das crianças. A consolidação de sistemas educacionais inclusivos implica, portanto, não apenas a presença física das crianças nas instituições educativas, mas a transformação das condições pedagógicas e institucionais que sustentam os processos de ensino, aprendizagem e socialização na primeira infância.

Considerações finais

A análise desenvolvida evidencia que a inclusão de crianças público-alvo da Educação Especial na Educação Infantil permanece como desafio estruturante das políticas educacionais brasileiras contemporâneas. Apesar dos avanços normativos e da expansão das matrículas, a efetivação do direito à educação inclusiva desde a primeira infância continua condicionada por limites relacionados ao financiamento educacional, às desigualdades federativas e às condições institucionais de oferta.

A expansão do atendimento, particularmente na etapa da creche, revela-se territorialmente desigual e dependente das capacidades fiscais e administrativas dos entes subnacionais. Ao mesmo tempo, o crescimento das matrículas na Educação Especial indica o fortalecimento do paradigma inclusivo nas políticas educacionais, sem que isso assegure, por si só, a consolidação de práticas pedagógicas inclusivas. Persistem desafios vinculados à formação docente, à oferta de atendimento educacional especializado, à acessibilidade e à qualidade das interações pedagógicas.

A diversificação dos modelos de provisão educacional e a presença crescente de arranjos público-privados introduzem novas tensões na garantia do direito à educação, exigindo o fortalecimento da capacidade estatal de regulação e coordenação federativa.

Nesse sentido, a consolidação de sistemas educacionais inclusivos demanda investimentos estruturantes, articulação intersetorial e valorização dos profissionais da educação. Conclui-se que a inclusão na primeira infância ultrapassa o acesso formal às instituições educativas, implicando a transformação das condições pedagógicas, institucionais e políticas que sustentam a garantia do direito à educação para todos.

Referências bibliográficas

BALL, Stephen. **Educação global S.A.** Porto Alegre: Penso, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (2014–2024). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 17 de janeiro de 2024.** Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 18 jan. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: CNE, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Infantil (PNEI).** Brasília: MEC, 2025.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. **Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil.** Brasília: MEC, 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença.** Campinas: Autores Associados, 2002.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil.** São Paulo: Xamã, 2016.

KASSAR, Mônica. **Educação especial: políticas e práticas**. Campinas: Autores Associados, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**. São Paulo: Summus, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

QEDU. **Censo Escolar- matrículas na Educação Infantil**. Disponível em: <https://qedu.org.br/brasil/censo-escolar> Acesso em: 21 mar. 2026.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 19. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.